

## CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA E NOVAS TERRITORIALIDADES

**Estibaliz Redondo Tirado**  
[redondoesti@gmail.com](mailto:redondoesti@gmail.com)

*Ser camponês no mundo contemporâneo globalizado e controlado pelos interesses financeiros e comerciais dos grandes capitais transnacionais é um desafio imenso, tanto do ponto de vista político-ideológico como econômico (CARVALHO, 2006, p. 1)*

### INTRODUÇÃO

Partimos do ponto de vista de que a geografia não é neutra e sempre tem uma intencionalidade política. Pode servir para constituir e reproduzir e justificar o sistema de opressões múltiplas no qual moramos o pode estar ao serviço dos movimentos sociais populares que lutam pela construção de um mundo livre de opressões. Achemos importante nos situar claramente desde o começo no lado contra hegemônico, tentando assim contribuir com as lutas populares e fazendo análises da realidade baseados no método do materialismo histórico-geográfico (conceito acunhado por Harvey), dialogando e apontando as divergências e trabalhando com as contradições a través da dialéctica.

Chegamos então à geografia também da mão dos esquecidos e poucas vezes nomeados. Trazemos as palavras de Kropotkin que já no século XIX colocava como objetivos da geografia nos ensinar

que todos somos irmãos, independentemente da nossa nacionalidade (...) rivalidades entre nações, que são habilmente alimentados por pessoas que perseguem seus próprios e egoísticos interesses, pessoais ou de classe. A geografia deve ser (...) um meio para anular esses ódios ou estereótipos e construir outros sentimentos mais dignos e humanos” (KROPOTKIN, 1885 p2)

Reclus, também no século XIX, falava da ligação de três conceitos: “a luta de classes, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fatos que nos revela o estudo da geografia social” (RECLUS, 1905). Os dois pregavam por uma geografia ao serviço da solidariedade entre os povos e na luta contra o imperialismo. Para Reclus principalmente, a importância da geografia social radica em como esta pode contribuir nessa luta de classes (RECLUS apud ANDRADE, 1985 p 20-22).

Com estas bases teóricas acreditamos que além dos conteúdos, a forma também é importante, por isso fazemos questão de realizar a pesquisa baseando-nos em princípios metodológicos participativo. Vamos nos guiar pelos princípios que regem a Investigação Ação

Participativa (IAP) em todo o processo de investigação. Neste sentido e como apontam Luxan e Aspiazu<sup>1</sup> (2017), os objetivos “não são só a produção de conhecimento mais também um certo impacto de mudança, de ação”. Outro aspecto importante é que nas IAPs não “investigamos o” mais “investigamos com” e pelo tanto as ações derivadas respondem os desejos e necessidades dos grupos implicados. Os grupos não só participam mais podem tomar decisões.

Seguiremos os passos da pesquisa participante, sendo pesquisadoras ao serviço do MPA. O trabalho vai ter um contraste constante com o movimento social e vai atingir os objetivos e a metas do mesmo; do mesmo jeito, o sujeito e o objeto da investigação vão ser os próprios territórios do MPA. Esta metodologia de pesquisa se contrapõe a visão reducionista das pesquisas positivistas, entendendo que a objetividade não passa por não tomar parte mas pelo rigor no método e na toma e análise de dados<sup>2</sup>. Não ocultamos nosso objetivo de empoderar os sujeitos sociais e para isso consideramos que a observação desde a própria participação é indispensável. Queremos não só compreender o processo, mas também viver o processo e compartilhar a experiência.

Esta visão é compartilhada pela epistemologia feminista e outras pedagogias emancipatórias que aportaram vários fatores aos métodos de investigação que serão respeitados nesta investigação.

As epistemólogas feministas denunciam o caráter androcêntrico e sexista da investigação, a invisibilidades das experiências e interesses das mulheres, a falta de valorização das sabedorias associadas tradicionalmente às mulheres e as desigualdades de gênero que se produzem nos processos de produção de conhecimento. Mais ainda, as epistemólogas colocam em questão postulados positivistas como a neutralidade, a objetividade, a racionalidade e a universalidade da ciência<sup>3</sup> (LUXAN, ASPIAZU, 2017).

A epistemologia feminista marca a importância de assumir uma perspectiva de gênero na análise da realidade para uma compressão das relações de poder na nossa sociedade. Neste sentido, consideram que as mulheres e outros sujeitos minorizados estão numa posição epistêmica privilegiada pelo fato mesmo de estar nas margens. Não é um privilégio clássico mais a possibilidade de observar e narrar a realidade desde a experiência vital da subalternidade. Daqui deriva a epistemologia dos conhecimentos situados e parciais, assim, nesta investigação levaremos em conta o modo que o posicionamento da autora influência no conhecimento produzido (mulher, estrangeira, branca, militante...).

A pesquisa será realizada em experiências de bioconstrução nos anos 2019 e 2020 em territórios organizados ou com presença do MPA-Bahia. Escolhemos três territórios

---

<sup>1</sup> Luxan e Aspiazu fazem parte de SIMReF (Seminari Interdisciplinar de Metodologia de Recerca Feminista) da Universidade de Barcelona. Texto no publicado, uso interno para a disciplina.

<sup>2</sup> Fala de Janaina Stronzake no encerramento do curso Baserritik Mundura na Universidad del País Vasco, 2017

<sup>3</sup> Tradução minha

diferentes para garantir uma maior diversidade de participantes: Assentamento Terra Nossa no município Ponto Novo, Comunidade Quilombola Engenho da Ponte no município de Cachoeira e a Escola Família Agrícola Itiuba coordenada pelo movimento pela reforma agrária CETA no Município de Itiuba.

## **CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CONSTRUINDO EDIFÍCIOS**

Para entender os trabalhos de bioconstrução atuais nas comunidades do Movimento dos Pequenos Agricultores achamos importante considerar o camponês como uma identidade territorial dinâmica e diversa mas que mantém certas características no espaço e no tempo (Carvalho fala em vários de sus textos de este aspecto tomando o termo de “obstinação camponesa”<sup>4</sup>). Assim como sujeito que cria e recria territórios os ocupando e controlando desde lógicas não capitalistas e com uma capacidade de resiliências demonstrada pela sua supervivência a sistemas sociopolítico-econômico anteriores como o escravismo e o feudalismo. Um sujeito que constrói suas próprias tecnologias como são agroecologia e bioconstrução.

Desde as descrições de Chayanov sobre as identidades camponesas e as características da economia camponesa ate hoje, a discussão sobre o campesinado tem sido intensa, entre aqueles que pregam pelo fim do campesinado, sua proletarização ou conversão em pequenos empresários e os que defendem a atualidade e o futuro camponês. Também igualmente temos os que defendem o modo de vida e produção camponesa e consideram a luta e as contradições entre o modelo camponês e o agronegócio, frente a quem defende o modelo de desenvolvimento agrário a traves de uma modernidade proposta pelo neoliberalismo.

Vamos ressaltar neste texto algumas características que reforçam a identidade camponesa e sua atualidade assim como sua capacidade de resiliência nos processos produtivos, mas também de relações, moradia, organização e modos de vida diferenciados que constroem territorialidades próprias.

Leila Santana na dissertação *Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário* (SANTANA, 2017, p36) define campesinato como um “conceito que não perpassa apenas no campo ideológico, mas que expressa e se materializa na prática, e que ajuda a compreender a realidade agrária brasileira”. Coloca assim que, “além de seu significado político e da construção de pensamento acadêmico, reflete a história social em sentido amplo”.

Chayanov situa a unidade camponesa na família e a economia camponesa por fora

---

<sup>4</sup>Horacio Martins de Carvalho nos escritos “Na sombra da imaginação”

das lógicas capitalistas. Para Chayanov fica claro que o objetivo da produção nas unidades camponesas não é a acumulação, mas sim a reprodução da vida a través do atingimento das necessidades e o bem-estar familiar. Ainda assim, o campesinado participa do mercado porque “várias das necessidades são impostas social ou economicamente ao grupo familiar.” (CHAYANOV apud GERARDI E SALMONI, 2015)<sup>5</sup>.

Completando estas ideias Chonchol ressalta que “o grupo familiar é marcado por um forte coletivismo interno, expresso na organização e divisão do trabalho, onde cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme das características de sexo e idade de seus membros”. (GERARDI E SALMONI, 2015, p. 5 e 6)

Outra das características do campesinado é então a mão de obra familiar, argumento que mudou nos últimos tempos pela diminuição do tamanho das famílias. Apontamos então, que cabe pesquisar si esse ordenamento familiar pode ser mudado por formas mais comunitárias e coletivas de organização e produção.

Na interpretação de Gerardi e Salmonti, Tepicht afirma que o campesinato é um “modo de produção particular” subordinado e que o “modo de produção camponês é compatível com a economia capitalista, desde que não sejam rompidas as relações de produção que lhe são próprias.” (GERARDI E SALMONI, 2015). Para Valter da Silva no contrário, “na contradição capitalismo versus campesinado, a dinâmica da reprodução do capitalismo no campo vira incompatível e irreconciliável com a economia camponesa porque as racionalidades são intrinsecamente antagônicas”. (DA SILVA, 2014, P. 29)

Para Shanin (1980) o campesinato já é um mundo diferente que vai além dos aspectos econômicos, “formado por elementos com características próprias, capazes de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade”.(GERARDI E SALMONI, 2015)

Todos estes autores colocam as necessidades e as estratégias para superar elas na família, assim como as relações produtivas e sociais. Aqui desafiamos para um outro jeito de entender as unidades camponesas na comunidade e no coletivo. Apontando para novos e velhos jeitos de produção cooperativa, construção de infraestruturas em mutirão, toma de decisões nas estruturas de coordenação dos movimentos e debate pela comunidade sobre uso da terra e outros bens comuns, educação e saúde entre outras.

Nesta interpretação mais coletiva do campesinado, Carvalho resgata como elemento importante da identidade social camponesa sua capacidade de produzir, beneficiar e consumir seus próprios alimentos (CARVALHO, 2006 p 1). Define então o produto camponês como aquele criado a partir

---

<sup>5</sup> Estas últimas são reflexo da sua integração ao circuito da economia mercantil e, nesse caso, a aquisição de bens duráveis (maquinaria agrícola, eletrodomésticos, automóvel...) e o pagamento de encargos públicos (taxas, impostos...)(GERARDI E SALMONI, 2015)

dos esforços mentais e manuais da família camponesa e, para diversos povos, da comunidade. Nele residem desejos e esperanças, sofrimentos e alegrias, tempos de trabalho de entes queridos como os membros da família, os amigos e os compadres. Possui esse produto, por vezes, significações que trazem elementos do sagrado, da divisão sexual e etária do trabalho, das relações com a natureza que lhe dão sentido e significado simbólico, do prazer em cuidar diretamente deles --- plantas e animais, num convívio diário que se faz convivência. (CARVALHO, 2006 p.10)

Este autor situa também a luta do campesinado como uma luta coletiva, e não só familiar.

Quando o camponês perde o poder político sobre o seu processo de trabalho, os elementos centrais da vida camponesa são completamente anulados ou descaracterizados, como aqueles que se expressam na diversidade de cultivos e criações, na ajuda mútua, no consumo dos alimentos que produz, nas trocas simbólicas entre os vizinhos e os parentes, na vida comunitária, na relação não mercantil com a natureza e nas interações mercantis onde o valor de uso produzido torna-se valor de troca, mas mediado por diversas significações. (CARVALHO, 2006 p.12)

Assegura então Carvalho que o “modo de viver e de ser camponês nega a lógica capitalista porque tem a sua própria racionalidade, a especificidade camponesa, concepção e práxis social essa que a ideologia e a política capitalista insistem em negar”. E nesse sentido que “na especificidade camponesa não está presente o processo de exploração do trabalhador, mas um processo de cooperação não apenas entre os membros da família, mas entre famílias, pelas formas mais distintas de ajuda mútua.” (CARVALHO, 2010a, p. 2)

Outra das características que Carvalho aponta e que queremos resgatar neste trabalho é a ideia de artesanidade como uma “associação estreita entre trabalho mental e manual exercidos pelo mesmo sujeito da produção no seu processo de trabalho”(CARVALHO, 2006 p. 14). Esta característica é especialmente importante nos processos de bioconstrução porque se dá um diálogo contínuo entre os materiais naturais, as capacidades das comunidades, a climatologia, a falta de insumos e as habilidades manuais e mentais para o trabalho individual, mas sobretudo, coletivo. A bioconstrução se apresenta como um mecanismo de criação e reforçamento do território de maneira multidimensional por colocar em diálogo muitos dos elementos que participam da consolidação do espaço: elementos físicos, ações e relações. Na definição de Milton Santos.

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46)..

Para Carvalho esta artesanidade não está baseada na falta de progresso mas sim

em saber discernir aquelas modernidades e saberes que consideram pertinentes apontando que os camponeses “já dispõem de ciência, de tecnologia e de saberes historicamente constituídos que lhes permitem romper com a dependência tecnológica e organizacional perante o capital” (CARVALHO, 2010a, p. 3). A bioconstrução é um claro exemplo destas tecnologias.

Por último queremos resgatar a definição mais ampla do campesinado que coloca Bartra numa entrevista: “Ser camponês é um modo de vida, vida material e espiritual, vida política e vida econômica: inclui o modo de pensar e atuar, o modo de amar, de morrer, celebrar, de comer, bailar”<sup>6</sup>.

## **CLASSE E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL**

Bernardo Mançano Fernandes define os movimentos socioterritoriais como aqueles que

produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades (...) Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. (FERNANDES, 2004, p.30)

Consideramos aqui o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) como um movimento socioterritorial que constrói territórios de vida, y analisamos os processos de territorialização a través das construções naturais e os processos de mutirão. Entendendo que o poder é o que marca a diferencia entre espaço e território, seguindo a definição de Mançano, (FERNANDES, 2008) olhamos para os territórios que o MPA ocupa nas comunidades como construção de autonomia e soberania não só na produção como também na formação, na cultura e nos jeitos de cobrir as necessidades da própria comunidade.

Vemos então a bioconstrução como uma prática que colabora nessa construção na autonomia, não só por reduzir as dependências econômicas como também por constituir um caminho para o resgate cultural<sup>7</sup> e a construção coletiva de conhecimento. Nesse sentido a bioconstrução é um processo de reterritorialização camponesa.

Seguindo ainda com o pensamento de Mançano a bioconstrução traz novas

---

<sup>6</sup> [http://www.la-razon.com/index.php?\\_url=/suplementos/animal\\_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida\\_0\\_2271972841.html](http://www.la-razon.com/index.php?_url=/suplementos/animal_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida_0_2271972841.html)

<sup>7</sup> Assim o MPA tem se desafiado, enquanto movimento camponês nacional, a resgatar esta memória camponesa, o estudo sobre o campesinato enquanto classe social em processo de organização, assim como compreender quem é este campesinato e onde está na atualidade, como base de reflexão necessária para organização da diversidade do campesinato enquanto classe camponesa, sendo esta parte considerável da classe trabalhadora. (SANTANA, 2017, p.34)

territorialidades, novos usos e ocupações dos espaços e também novas relações nas comunidades e assentamentos.

Olhando para um plano mais amplo de construção de autonomia e soberania alimentar temos o Plano Camponês (LEAL, 2019) como estratégia do MPA para a sociedade brasileira. Uma proposta de construção de novas territorialidades<sup>8</sup> que abarca um novo jeito de viver e produzir. Nesta construção o debate do campesinado como classe social está no plano de fundo que queremos resgatar aqui com algumas falas sobre o assunto.

Horacio CARVALHO afirmava (ainda quando o Plano Camponês estava em construção) a presença camponesa na formação econômica e social brasileira como classe social em construção (CARVALHO, 2010b, segunda parte, p. 3) e que os camponeses “são ou serão capazes de proporem e sustentarem um novo modelo de produção que negando o modelo dominante no campo contribua com na luta social mais ampla para se alcançar transformações sociais”.

A construção do campesinato como sujeito social ativo e criativo perante as demais classes sociais numa determinada formação econômica e social pressupõe que seu projeto social de classe seja explícito. Não significa que seja acabado, daí ser um projeto em construção, mas deve ser proposto e estar aberto à crítica popular. A própria construção de seu projeto de classe social, de tornar o camponês um sujeito social em ação construtiva e renovadora, já evidenciará os caminhos de ruptura com a subalternidade perante o capital. É nessa ação política estratégica que se afirma a sua especificidade camponesa, seu modo de ser e de viver, que sendo contemporâneo, não reproduz os valores capitalistas dominantes e se faz moderno porque camponês. (CARVALHO, 2010a p. 3)

Valter da Silva reforça estas ideias falando da relevância neste momento, para a própria afirmação camponesa, do carácter de classe do campesinado. No livro *Clase campesina, modo de ser, de vivir y de producir* parafrasea a Roberta Traspadini com uma definição de classe camponesa:

O camponês é uma classe porque está imerso em uma intencionalidade, um processo, um projeto. Como tal, ou responde aos interesses da classe burguesa, ou integra, como no nosso caso – MPA – o campo dos que vivem do trabalho, retomam seu sentido e projetam sua emancipação. O camponês é uma classe porque, ao tomar consciência de e para a luta, sabe que o que tem não é a manifestação, nem do que se quer, nem do que se pode ter. e para tanto necessita organizar, produzir, lutar para a consolidação do poder popular. (Roberta Traspadini). (SILVA, 2014, p. 88)

Ele mesmo assegura que o campesinado é classe em sim e está se conformando

---

<sup>8</sup> Os territórios de identidade podem ser adotados como unidade de planejamento e base da integração das políticas públicas que promovam ações de reestruturação produtiva, assistência técnica e extensão rural, eletrificação rural, saúde, saneamento, educação, cultura, lazer e políticas no âmbito da garantia e ampliação dos direitos sociais das mulheres, (SANTANA, 2017, p.145)

como classe para sim:

Classe em si tendo em vista que: existe, sua situação econômica é diferenciada, pois ao mesmo tempo é o sujeito que realiza o trabalho e é dono ou tem acesso aos meios de produção, tem uma cultura, modo de vida próprio e está inserido em uma contradição de interesses com o agronegócio. Está se constituindo em Classe para si por ter um projeto próprio (interesse), ter um papel no processo de produção que é o de produzir comida para alimentar o povo, tem uma organização política nos níveis nacional e internacional (Movimentos Sociais e Via Campesina), tem consciência das contradições e tem ação concreta em defesa de seus interesses. (SILVA, 2014, p. 91)

## DO GLOBAL AO PARTICULAR

Temos então hoje no Brasil o MPA como um movimento sócio territorial camponês junto com outros atores do campo que também disputam desde a contra hegemonia os territórios rurais com territorialidades camponesas que fogem do sistema capitalista. Existem também no nível internacional com a Via campesina, onde universalidade e singularidade são parte das filosofias e as metodologias de trabalho<sup>9</sup>

Vamos retomar aqui a ideia que Harvey apresenta na introdução do livro Espaços de esperança (HARVEY, 2004, p28-30) sobre a universalidade e a particularidade. Achamos estes conceitos e a relação até agora pouco explorada entre os territórios corpos e os territórios globais como novas categorias que abrem as portas para novas interpretações da realidade. O feminismo comunitário dos povos indígenas de Guatemala e Bolívia vêm discutindo nesse sentido (CABNAL, 2013<sup>10</sup>, PAREDES 2013<sup>11</sup>), entendendo que não podemos libertar um espaço comunitário se dentro temos corpos sometidos e que sofrem violência; do mesmo jeito que não podemos defender a autonomia dos corpos em territórios em disputa ou ocupados pelas forças opressoras. Os conceitos de corpo território nos ajudam a entender o sistema de opressões múltiplas por trazer delimitações capitalistas mas também antropocêntricas, patriarcais, adultistas, racistas e colonialistas.

Até agora estes termos se usaram no feminismo para falar de violências, de direitos e de diversidades (universalidade nos direitos mas singularidade no respeito às diversidades). Aqui queremos fazer o exercício de trazer a discussão à construção de identidade camponesa como identidade territorial<sup>12</sup>. Dialogamos então com um sujeito coletivo global em luta e

---

<sup>9</sup> Para mais informação sobre estes conceitos desde um olhar feminista <http://www.decrecimiento.com.ar/palabras-vivas-ante-un-sistema-biocida/> Acesso julho 2019

<sup>10</sup> Entrevista a Lorena Cabnal sobre o feminismo comunitario e os territórios corpos [http://www.pbiee.org/fileadmin/user\\_files/groups/spain/1305Entrevista\\_a\\_Lorena\\_Cabnal\\_completa.pdf](http://www.pbiee.org/fileadmin/user_files/groups/spain/1305Entrevista_a_Lorena_Cabnal_completa.pdf)

<sup>11</sup> Artigo de Begoña Dorronsoro sobre feminismo comunitario que recolhe ideias de Lorena Cabnal e Julieta Paredes [https://cabodostrabajos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1\\_Begona\\_Dorronsoro.pdf](https://cabodostrabajos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1_Begona_Dorronsoro.pdf)

<sup>12</sup> Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios. Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. (FERNANDES, 2008, p. 279)



enfrentando o agronegócio, se comportando com classe social e construindo uma proposta de produção e de vida para o mundo.

E dialogamos também com o sujeito individual e diverso demais, em países, situações, condições e cheio de subjetividades diferenciadas. Apontar ao global respeitando o local tem sido uma das lógicas da Via Campesina Internacional. Agora colocamos que esse local também tem que ser diferenciado nos diferentes corpos que por estar racializados, socializados em gêneros e sexualizados tem especificidades que vamos levar em conta. Trabalhamos então desde a multiescalaridade dos territórios.

Assim, cada processo de bioconstrução vai ser diferente pelas condições da comunidade<sup>13</sup>, mas também pelas características do grupo de trabalho, e vai ter que colocar muita atenção nas capacidades e limites das pessoas e dos coletivos. Vai analisar os próprios processos e as contradições com o sistema opressor global mas também com as relações de poder e opressão que se dão entre os sujeitos individuais. Neste sentido, levamos as análises a planos mais multidimensionais<sup>14</sup> como as emoções, os corpos e as intersecciones.

Para pegar a complexidade estamos usando diversas técnicas. Apontamos aqui que para nosso levantamento bibliográfico são importantes não só os textos acadêmicos como também documentações do MPA, os trabalhos de pesquisa realizados por militantes do movimento e leituras do movimento agroecológico brasileiro.

Uma das principais fontes de informação para nossa pesquisa será a observação de processos participativos na tomada de decisões, nas reuniões comunitárias e de coordenação nas que se coloquem decisões ou se avaliem os processos bioconstrutivos. Marcaremos indicativos de avaliação qualitativa no começo da pesquisa e utilizaremos uma planilha com perguntas que orientem esta observação. Assim como a observação participante em várias oficinas práticas de bioconstrução onde a mestrandia participará como professora e como aluna. Isto vai desde a preparação coletiva das oficinas, reuniões com os militantes locais até as avaliações dos processos.

Também realizaremos entrevistas semiestruturadas com várias pessoas participantes das oficinas de bioconstrução. Estas entrevistas serão feitas no momento da construção (para falar dos sentires das pessoas envolvidas enquanto a organicidade, identidade, e relações de poder que estão se gerando a partir dos processos) e repetidas depois de seis meses (para avaliar o processo, a durabilidade e as expectativas nas

---

<sup>13</sup> No Nordeste o MPA tem presente em sua base organizativa, uma relação direta com os pequenos agricultores, com comunidades Indígenas (povos originários), comunidades Remanescentes dos Quilombos, comunidades Ribeirinhas, comunidades de Fundos de Pasto, etc. Essa diversidade tem proporcionado e ao mesmo tempo exigido do Movimento, repensar sua organicidade para que seja capaz de unir respeitando as particularidades de cada identidade. (SANTANA, 2017, p. 113)

<sup>14</sup> Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. (FERNANDES, 2008, p. 279).

comunidades). E entrevistas aos responsáveis políticos da organização das oficinas (militantes do MPA) e de outras oficinas feitas em vários outros Estados do Brasil com perguntas sobre a integração da bioconstrução dentro do Plano Camponês e a proposta política do MPA.

Por último, realizaremos grupos de discussão nas comunidades com uma única pergunta geradora de debate: fortalezas e debilidades no processo bioconstrutivo.

Para a análise dos resultados seguiremos também os procedimentos que hoje utiliza a epistemologia feminista. Assim, algumas partes da análise serão feitas em coletivo, nos grupos de discussão e em reunião com as lideranças do movimento. Este processo está e estará aberto às informações e às realidades que encontramos no caminho. A ideia é utilizar as técnicas de Análise de Conteúdo com uma aproximação para à Análise Crítico do discurso.

## **CONCLUSÕES E CONTRADIÇÕES**

Existe uma identidade camponesa que não só não desapareceu mas também está se recuperando. Mas, por ser não capitalista não é perfeita. Não adianta considerar ela só nos aspectos positivos porque estaríamos traicionando o método dialético e simplificando a realidade sem considerar ela na sua multidimensionalidade. Esta identidade territorial que dialoga com o coletivo, a economia não capitalista e uma relação mais próxima à natureza cria uma série de territorialidades diferenciadas e contra hegemônicas.

Mas ainda persistem nos territórios camponeses outras formas de dominação e opressão que os movimentos territoriais e os sujeitos que compõem os movimentos estão tentando mudar. Assim, os territórios camponeses hoje respondem a lógicas heteropatriarcais, racistas, adultistas e antropocêntricas (PEREZ OROZCO, 2004, p25).. Que fazem os territórios mais fracos na hora de enfrenar o sistema por colocar no centro da participação e da construção ao homem, branco, heterossexual, adulto e desbancando os outros sujeitos (PEREZ OROZCO, 2004, p25).

Isto cria novos conflitos e a aparição de novas disputas. Os territórios estão em disputa como um todo, mas olhando para uma escala mais interna, temos várias territorialidades que as vezes ocupam os espaços de maneira harmônica, e as vezes lutam para combater as imposições internas. Estas “novas” territorialidades fazem os processos mais complexos e por tanto também as análises da realidade.

Chegando para perto, o Plano Camponês já recolhe vários de estas opressões e coloca a necessidade de lutar para resolveras (especificamente a feminista, chamada de gênero). Nossa hipótese é que a bioconstrução pelas características que tem, não só contribui a reforçar a identidade não capitalista e de autonomia e soberania necessária para uma proposta camponesa como é o Plano Camponês, mas também no debate da eliminação de

outras formas de opressão por ser uma tecnologia acessível para a comunidade toda onde se valorizam as diferentes contribuições, habilidades e sabedorias sem jerarquizar elas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel (org.) Coleção grandes cientistas sociais, Elisée RECLUS. São Paulo, 1985

BARTRA, Armando em entrevista de BUSTILLOS, Ivan. Armando Bartra: Ser campesino es un modo de vida. La Paz, Bolívia: La Razón, 2015. Aceso julho 2019, [http://www.la-razon.com/index.php?\\_url=/suplementos/animal\\_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida\\_0\\_2271972841.html](http://www.la-razon.com/index.php?_url=/suplementos/animal_politico/Armando-Bartra-campesino-modo-vida_0_2271972841.html)

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. En *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias. Estado español-2010. <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf> Aceso maio 2019.

CABNAL, Lorena. Entrevista de PBI Estado Español. Madrid, 2013. Aceso julho 2019. [http://www.pbiee.org/fileadmin/user\\_files/groups/spain/1305Entrevista\\_a\\_Lorena\\_Cabnal\\_completa.pdf](http://www.pbiee.org/fileadmin/user_files/groups/spain/1305Entrevista_a_Lorena_Cabnal_completa.pdf)

CARVALHO, Horacio Martins. Ah! Jacques, Jacques...liberte-se desse encantamento milenar. Curitiba, 2006.

----- Desafios para o campesinado como sujeito social, Curitiba 2010.

----- Na sombra da imaginação. Curitiba, 2010.

DA SILVA, Valter. Clase campesina, modo de ser, de vivir y de producir. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

DORRONSO, Begoña. El territorio cuerpo-tierra como espacio-tempo de resistencias y luchas en las mujeres indígenas y originarias. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES. Cabo dos Trabalhos, 2013. Aceso julho 2019 [https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1\\_Begona\\_Dorronsoro.pdf](https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/11.3.1_Begona_Dorronsoro.pdf)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, ano 8, n 6, Brasil, 2005.

----- Entrando no território dos territórios. In PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs) Campesinato e territórios em disputa. Sao Paulo: Expressão Popular, 2008.

----- Sobre a tipologia de territórios. São Paulo, 2009.

GERARDI, Lucia H.O, SALMONI, Giancaria. Para entender o campesinato: a contribuição de A.V. Chayanov. Aceso julho 2019 <https://docplayer.com.br/60674404-Para-entender-o-campesinato-a-contribuicao-de-a-v-chayanov-1-1-teoria-de-organizacao-de-producao-de-a-v-chayanov.html>

HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

----- O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. Brasil: Socialist Register, 2004.

HERRERO, Yayo. Apuntes introductorios sobre el Ecofeminismo. Boletín de recursos de información nº43 Junio. Centro de Documentación HEGOIA. Euskal Herria, 2015. Acesso junho 2019. Disponible en <http://boletin.hegoia.efaber.net/mail/37/12552#TemaCentral>

KROPOTKIN, Piotr. O que a geografia deve ser. 1885

LEAL, Marcelo (Org.). Plano Camponês por soberania alimentar e poder popular. São Paulo: Outras expressões, 2019.

LUXAN, Marta y ASPIAZU, Jokin. Metodologías de investigación feminista (Materiales para el Master de Igualdad de Hombres y Mujeres:Agentes de igualdad). Universidad del País Vasco, 2017.

PEREZ OROZCO, Amaia. Subversión feminista de la economía. Madrid: Traficantes de sueños, 2014

SANTANA, Leila. Dissertação de mestrado. Do acampamento da seca ao programa camponês: atuais contribuições do MPA no processo político – social do Nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário. São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996